



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
INSTITUTO MENINO MIGUEL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LAÍS SARAIVA LEÃO

**POLÍTICAS SOCIAIS E INTESETORIALIDADE: FORTALECENDO AS PRÁTICAS
PROFISSIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE
MOREILÂNDIA-PE**

RECIFE – PE

2023

LAÍS SARAIVA LEÃO

POLÍTICAS SOCIAIS E INTESETORIALIDADE: FORTALECENDO AS PRÁTICAS
PROFISSIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA-
PE

Monografia apresenta ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Orientador(a): Prof. Doutor Maximiliano Carneiro da Cunha.

RECIFE – PE
2023

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção de título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Laís Saraiva Leão

Monografia apresentada em: ____/____/____

Orientador (a) Prof. (a). Doutor Maximiliano Carneiro da Cunha

1º Examinador (a) Prof. (a) Anabel Guedes Pessôa Nolasco

2º Examinador (a) Prof. (a). Valéria Guedes

Coordenador (a) Prof. (a) Valéria Guedes

RESUMO

O cenário atual se configura como um grande desafio para profissionais de diferentes áreas envolvidos com o trabalho social, principalmente, para aqueles cujo compromisso político vincula-se a garantia e a afirmação dos direitos sociais enquanto elemento imprescindível para a materialização da cidadania. Dessa forma as políticas sociais e a intersectorialidade permitem que tais processos desencadeiam elementos essenciais ao debate quando se refere ao atendimento total do indivíduo, o que abrange a grande massa de indivíduos, isto é, aqueles que necessitam de proteções sociais intersectoriais, e situado nesse processo está o assistente social, profissional este que tem seu campo privilegiado de atuação a viabilização das políticas sociais, fatos estes discutidos por Senna e Garcia (2014), Sposati (2006), Netto (2011), Yamamoto (2009), dentre outros autores citados neste trabalho. Portanto dialogar entre os assistentes sociais inseridos nos equipamentos intersectoriais é essencial para o desenvolvimento de todo procedimento, além de importantes aliados para efetivação de direitos, e intervir com formação/capacitação na prática é fundamental para construir habilidades e aprimorar os serviços prestados, sendo esta, a finalidade deste projeto, realizar um momento de formação profissional para a discussão e percepção da complementariedade das políticas sociais.

Palavras- Chave: Política Social, Intersectorialidade, Assistente Social, Direitos sociais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 CAPÍTULO I- MEMORIAL	8
2.1 Memorial pessoal e carreira profissional	8
2.2 Memorial do Curso Especialização em Gestão de Políticas Sociais	10
3 CAPÍTULO II - CONCEITUAL.....	16
3.1 A concepção de Política social na ótica do Serviço Social.....	16
3.2 Política Social e Intersetorialidade: um diálogo essencial.....	19
3.3 Política Social, Intersetorialidade e Serviço Social: Fortalecendo as práticas profissionais	20
4-CAPÍTULO III- PROJETO DE INTERVENÇÃO	26
4.1 Tema e Resumo.....	26
4.2Contextualização.....	26
4.3Problema	27
4.4Justificativa	27
4.5Objetivos	28
4.6Atividades e Metodologia	28
4.7Resultados Esperados.....	29
4.8 Avaliação	30
4.9 Previsão De Cronograma	30
4.10 Considerações Finais	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema políticas sociais e intersetorialidade: fortalecendo as práticas profissionais dos assistentes sociais no município de Moreilândia-PE, práticas estas que contribuem para atendimento integral do usuário, além de instigar o trabalho intersetorial balizado pelas políticas sociais garantidoras direitos sociais.

A relevância deste trabalho se dá em contribuir para melhorar e aprimorar os processos de trabalho dos assistentes sociais integrante da rede intersetorial, compreendida na política de assistência social, saúde e educação. Este trabalho permitirá conhecer as falhas processuais, e os meios de amenizá-las, além de revisitar a dimensão ético- política da categoria, a qual confrontará o compromisso destes profissionais com o público por eles atendidos. O interesse em desenvolver este projeto de intervenção deu-se a partir das experiências de trabalho, onde para efetivar o atendimento aos usuários e atender suas demandas fez-se necessários apoio da rede intersetorial, uma vez que é a partir da compreensão da totalidade a qual está situada o usuário que permitirá atendê-lo de forma integral, bem como superar a setorização e a fragmentação das políticas sociais.

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender as falhas nos processos de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de saúde, assistência social e educação no município de Moreilândia-PE, quanto ao atendimento dos usuários para alcance dos seus direitos, e a partir desta compreensão atuar no elo entre os setores, afim de contribuir para a efetividade das ações. É na atuação do Assistente Social como viabilizador de informações que este profissional atuará diretamente com os usuários socializando estas informações, expressas como imprescindíveis para o acesso aos direitos.

Para tanto, os capítulos estão estruturados em três, utilizamos a base teórica do serviço social dentre eles Senna e Garcia (2014), Sposati (2006), Netto (2011), Iamamoto (2009), Behring e Boschetti (2016) além de alguns textos das aulas discutidos nas disciplinas para compreensão e construção do trabalho de conclusão de curso. Assim, o primeiro capítulo é composto pelo memorial que tem por objetivo descrever o percurso do cursista e expor os aprendizados. O memorial foi dividido em duas partes, a primeira consta o memorial pessoal além do percurso profissional, nesta parte é abordado as aspirações e vivências dos primeiros passos estudantis. A segunda, é formada pelas experiências e aprendizados durante as aulas,

bem como os desafios para a finalização do curso. Será abordado também o que foi trabalhado em cada disciplina, bem como, as discussões instigadas em sala e os conhecimentos adquiridos em cada aula.

O segundo capítulo abordará o referencial teórico, o qual traz a discussão do assunto, de início foi tratado sobre a concepção de Política social na ótica do Serviço Social trazendo o debate histórico das políticas sociais inserido no serviço social, na sequência foi argumentado sobre política Social e Intersetorialidade: um diálogo essencial, elucidamos que este é um processo significativo e complementar, implicando na combinação para atender os usuários de forma integral.

A última discussão deste capítulo refere-se a Política Social, Intersetorialidade e Serviço Social: Fortalecendo as práticas profissionais, elencamos a ligação dos profissionais de serviço social com as políticas sociais e a intersetorialidade, onde é no campo das políticas sociais o campo privilegiado desta categoria, além deste profissional atuar em diversos campos sociocupacionais fazendo-se necessário o diálogo entre os assistentes sociais para atender e viabilizar os direitos sociais com o objetivo de fortalecer as práticas profissionais. O terceiro e último capítulo é desenvolvido o projeto de intervenção, esta parte refere-se as etapas do processo interventivo, sendo composto pelo tema e resumo, contextualização, em seguida abordar-se-á o problema e a justificativa para a realização do projeto de intervenção. Logo mais, é exposto o objetivo geral e específicos, seguido das atividades metodológicas onde será detalhado o passo a passo para a realização da proposta, acompanhados pelos resultados esperados, consecutivos da avaliação, revisão do cronograma, finalizando com as considerações finais e referências.

2 CAPÍTULO I- MEMORIAL

2.1 Memorial pessoal e carreira profissional

Meu nome é Laís Saraiva Leão, nordestina, brasileira, moreilandense, filha de Aglaíde Saraiva Batista Leão e João Istênio Freire Leão, esposa do Tales Lira e vou contar um pouco de minha trajetória escolar e profissional em relação à educação, iniciei minha trajetória estudantil sempre em colégio público, em todo tempo dedicada e comprometida com a aprendizagem.

Comecei a estudar na escola Municipal Santa Terezinha, onde ingressei ao ensino fundamental estando por lá até o término do fundamental II, um diferencial, foi a relação com meus colegas, pois estivemos durante todo esse percurso no ensino fundamental I e II juntos, detalhe, na mesma sala, a empolgação e vínculo eram de longe notados, não preciso nem falar das provas (risos)... estendíamos esse elo até fora da escola. Sempre me destaquei nas disciplinas de português, literatura, história, e por incrível que pareça, era nota dez também em ciências. Modéstia à parte era disputada para fazer dupla, e para passar respostas na hora da prova. Falando a verdade, eu gostava de estudar e era meio nerd, mas por outro lado amava passar “fila”, e viver situações perigosas, porém, o mais legal era ver a folia e todos tirando notas boas no final, nossa! Que nostalgia.

No ensino médio migrei para outro colégio, desta vez estadual, outrora intitulado Escola Estadual Presidente Médici, e por incrível que pareça, mais da metade dos meus “antigos” colegas também foram para a mesma escola, daí já sabem, a sintonia pairava no ar. De certo que novos colegas foram agregados à turma, e facilmente se engajaram. Vale destacar que nossa turma era dedicada e vislumbrava um futuro promissor, é certo que existia as brincadeiras, algazaras, mas no final a maioria tinha objetivos em comum. E foi o que aconteceu.

Terminamos o ensino médio e cada um seguiu um rumo, distinto, embora com o mesmo intuito, conquistar seus objetivos e sonhos. Ficaram as memórias, as amizades e as fotografias, como diz a canção do Leoni: o que vai ficar na fotografia são os laços invisíveis que havia, as cores, figuras, os motivos, o sol passando sobre os amigos.

Passaram-se dois anos da conclusão do ensino médio até adentrar na faculdade. Nesse intervalo fiz vestibular para biomedicina, fui aprovada, porém não sabia realmente se era o que queria. Com o passar do tempo almejava cursar alguma "coisa" não importava o que fosse, e foi assim meio que de paraquedas que comecei a cursar Serviço social, culminando também para a escolha deste curso, ter duas primas cursando, o que me aproximou ainda mais de tomar esta decisão.

E sem mais pensar ingressei no serviço social, para mim um campo de relações sociais novas, ambiente diferente do qual estava acostumada, e desafios a serem superados, me ver longe de casa foi o mais cruel. Durante dois anos me deslocava da minha cidade Moreilândia-PE até a cidade de Juazeiro do Norte-CE onde situava a Faculdade Dr. Leão Sampaio onde cursava a graduação, aproximadamente 200km eram percorridos diariamente. Mais tarde, precisamente nos dois últimos anos da faculdade fui morar na cidade de Barbalha-CE, divisa com Juazeiro do Norte, para amenizar um pouco o cansando das viagens.

Durante a graduação fiz novas amizades, descobri o mundo fora da caixa da qual fui criada. Da vida fora de casa percebi os encantos da independência, mas também a selvageria da sociedade inescrupulosa. Dentro dos muros da faculdade estava protegida da competitividade e do cadastro nacional de reserva, quando sai me deparei com a pergunta: E agora, o que vou fazer?

Mas os planos de Deus têm tempo e hora marcada, no mesmo mês que colei grau em 2014, o prefeito da minha cidade me chamou para trabalhar, foi um misto de emoções. Iniciei como Coordenadora de Políticas Públicas para as mulheres, nos dois anos seguintes coordenei o CRAS, onde tive a oportunidade de descobrir a dinâmica da gerência de programas, serviços e benefícios. Durante este processo enfrentei desafios estimulantes com desdobramentos positivos na construção de novos processos, além elucidar a importância das políticas sociais no meu território.

Nesse meio tempo no ano de 2015 prestei concurso público para Assistente Social no município de Serrita-PE, aprovada em segundo lugar. No ano de 2017 foi convocada e empossada no cargo, lotada na secretaria de Saúde, exercendo minhas atividades no Núcleo ampliado de saúde da família e atenção básica -NASF/AB.

Meu primeiro emprego como assistente social foi desafiador, exaustivo, em muitas vezes até cruel, estava cercada de pessoas mais uma vez diferentes, com necessidades distintas e costumes ainda mais específicos, nós efetivos éramos vistos como quem roubara o lugar dos profissionais daquela cidade. Foi nesse meio turbulento que me aproximei e me apaixonei pela minha profissão, como assistente social da saúde eu era o elo entre o usuário e a política social, muitas vezes a saúde não dava conta de atender as necessidades daquele usuário, fazendo necessário permear nas demais políticas, como assistência e educação. Foi no meu exercício profissional que compreendi a importância da intersetorialidade, viabilizar o direito ao usuário requer ampliar o olhar e ir além de meros encaminhamentos, querer de fato atendê-lo em sua integralidade. Foram quatro anos de aprendizado e experiências. Em 2020 casei, vim morar em

Crato-CE e por motivo de deslocamento estou de licença sem vencimento do município de Serrita.

Atualmente trabalho na Secretaria de Assistência Social de Moreilândia, exercendo cargo de Assistente Social no Cadastro Único/bolsa família, auxiliando também na equipe gestora e técnica responsável pela vigilância socioassistencial, são experiências novas que me fizeram ainda mais perceber a complementariedade das políticas sociais no atendimento ao usuário.

Assim entender a complementariedade das políticas públicas é perceber a magnitude do seu alcance, e condição necessária para que os usuários superem a situação de vulnerabilidade e risco social, além de fortalecer o diálogo entre os atores sociais e aprimorar o planejamento em rede. Dialogar entre serviço social, política social e intersetorialidade me moveu e me move por entender que esses elementos são importantes aliados na efetivação de direitos.

2.2 Memorial do Curso Especialização em Gestão de Políticas Sociais

Me candidatei a este curso com o intuito de aprofundar meus conhecimentos e de fazer novas descobertas, além de executar um plano de intervenção onde aponte nos setores envolvidos a relevância deste processo com vistas a melhorar a gestão social, atendimento dos usuários e efetivação de direitos, contribuindo nos espaços de trabalho vivências e experiências adquiridas.

Já selecionada para cursar a especialização em Gestão e Políticas públicas permeei em descobertas nas áreas discutidas e disciplinas elencadas o que me fizeram ainda mais querer atuar no campo da intersetorialidade. Estudar à distancia é flexível, embora exija disciplina e compromisso, e cá estou eu, finalizando esta especialização, aprofundando meus conhecimentos e acima de tudo crescendo profissionalmente.

Adquiri ainda mais conhecimento quando pude ter contato com as aulas ministradas e experiências trocadas com os colegas, confesso que preferia ficar quietinha em meu sem muitos comentários. Assistir as aulas foi um desafio e tanto, que muitas vezes foi vencido pelas intempéries da vida, pois tinha que me dividir entre dois empregos para poder conseguir um salário melhor, além de me deslocar para Moreilândia, voltava a Crato-CE para trabalhar juntamente com meu esposo na nossa loja de Materiais de construção, ferragens e parafusos, na maioria das vezes assisti as aulas gravadas, nem sempre tinha como ler todos os materiais de apoio, confesso que nos intervalos ouvia as aulas, até mesmo fazendo os afazeres domésticos, mas sempre com o objetivo de vencer cada etapa.

O primeiro encontro foi com a professora Valéria Gomes ministrando a disciplina de metodologia e pesquisa, a qual nos apresentou a proposta do curso bem como descreveu como seria a forma de avaliação, em seguida a professora Gabriela Bezerra trouxe a discussão sobre estado e políticas públicas, onde podemos compreender nesta aula que as políticas públicas são fundamentalmente uma diretriz elaborada para enfrentamento político, e para que a problemática seja de fato pública é necessário ter consequências para uma quantidade expressiva de pessoas, além de que as algumas definições de políticas públicas enfatizam seu papel na solução de problemas.

Todavia críticos dessas definições, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Finalizado a disciplina de estado e políticas públicas, iniciamos o diálogo sobre Direitos humanos e Políticas sociais, onde compreendemos a percepção da dignidade humana embasado na constituição federal de 1988 e demais aparatos legais e apontando que a evolução dos direitos humanos está influenciada pelos governos, estes formuladores de políticas públicas, onde cada segmento irá desenvolver ações voltados aos seus projetos societários.

Vivenciamos a disciplina de Participação, controle e gestão social, onde com o material de apoio elucidamos os caminhos para a construção da cidadania do indivíduo, sendo compreendidos como integração das pessoas no governo via participação política, via garantia de direitos individuais, via justiça social, perpassando pelo controle social como espaço de debate, os quais permitam sua participação na formulação e fiscalização das políticas sociais.

Dando sequência, estudamos as políticas de seguridade e desenvolvimento social, onde relacionamos os temas debatidos com as práticas realizadas no nosso cotidiano de trabalho ressaltamos que compreender estado de bem estar social e sua essência é necessário para entender a gênese do amparo social. Assim, em linhas gerais, podemos afirmar que a primeira forma de intervenção estatal, mesmo que embrionária, ocorreu na Inglaterra, principalmente a chamada "Poor laws". A "lei dos pobres" sendo o primeiro mecanismo de auxílio aos pobres, substituída pelo sistema moderno do Welfare State, em português, o Estado de Bem-estar social.

Mas, a questão da política social remete mesmo ao advento da sociedade capitalista, e de uma maior preocupação com o desenvolvimento racional (antes este era totalmente divino) iniciando na sociedade toda uma discussão sobre qual seria o papel do Estado na sociedade,

vários autores falaram sobre, Maquiavel, Rosseau, Hobbes, John Locke, o pensamento clássico tinha a preocupação de entender a sociedade que surgia e buscava respostas para as novas determinações que com ela nascia. É a partir disso que surgem diversas perspectivas de atuação do Estado, o liberalismo, o keynesianismo, o neoliberalismo.

É importante mencionar os dois modelos que influenciaram a construção das políticas sociais/seguridade social no mundo, plano Bismark e o plano de Beveridge. Essas foram as formas mais populares de orientação da seguridade social em todo o mundo ocidental. E disso também tiramos sua vinculação com o trabalho, seja para quem trabalha ou para quem não trabalha. As primeiras formas de benefícios que vieram a constituir a seguridade social surgiram na ALEMANHA, durante o governo de Otto von Bismark. O modelo bismarkiano propõe a seguridade social a partir da LÓGICA DO SEGURO PRIVADO, assim, para acessar um benefício este não é um direito, mas uma forma de retorno após a contribuição do trabalhador. Esse modelo influenciou as caixas de pensões (que iniciam as primeiras atuações no Brasil) e até hoje influenciam a organização da política de previdência social.

Em outra conjuntura, temos a formulação do Plano Beveridge, que na INGLATERRA é formulado por volta do ano 1942 (durante a Segunda Guerra Mundial). Este modelo faz uma crítica ao modelo de Bismark, e este que propõe a instituição do Estado de bem estar social. Nesse sistema, os direitos tem caráter UNIVERSAL (e não securitário, como o bismarkiano). Conforme Boschetti (teórica do serviço social), todos tem direito incondicional e a garantia de mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e a uniformização dos benefícios.

Esses sistemas influenciaram a constituição de políticas sociais em diferentes países, mas dificilmente ocorreu de forma pura", em sua maioria, inclusive aqui no Brasil, ocorre uma junção dos dois modelos. Por exemplo: a previdência para quem contribuir, a saúde universal e a assistência para quem dela necessitar. No Brasil, os princípios do modelo bismarkiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas leis da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência.

Assim, tendo por base essa introdução supracitada alicerçada pelas aulas ministradas, podemos dialogar com o contexto de nossa atuação com a disciplina em estudo, uma vez que estamos situados nesse solo interventivo. Depreendemos que atuamos num campo de tensões, visto que, nos utilizamos das políticas sociais para salvaguardar os usuários de suas

necessidades, ou seja, de ampara-los dentro do contexto de suas vulnerabilidades, em resposta as expressões da questão social, oriundas da contradição capital x trabalho, além de um conjunto de intervenções de caráter distributivo, voltadas para assegurar o exercício dos direitos sociais da cidadania e impulsionar a segurança por meio do acesso e utilização de benefícios e serviços sociais promovendo viabilização e de direitos e a justiça social, porém é necessário compreender que políticas sociais dentro do capitalismo são mecanismos de controle para conter as exigências e/ou necessidades imediatas da classe trabalhadora, como forma de amenizar suas fragilidades e não contribuir de fato para uma transformação social.

É certo que alguns direitos foram adquiridos, podemos dizer que são ensaios de cidadania, necessitando de nós como agentes de transformação social para elucidar uma saída e promover acesso aos serviços e benefícios. A exemplo tivemos a participação do Joaquim Melo, trazendo modelos de como colaborar para o desenvolvimento de uma comunidade, abordando conceitos como acolhida, empoderamento, empreendedorismo na forma de educação financeira, capacitação profissional, gestão emancipatória, para favorecer a emancipação dos usuários e das comunidades onde moram.

Portanto, na sociedade brasileira ainda perduram pobreza e desigualdades, isso porque vivenciamos um regime capitalista onde sua origem e consequência é a manutenção das expressões da questão social, sendo cada vez mais intensificados, e somos pegos no meio do caminho na tentativa de construir meios de emancipação, todavia há a esperança de diálogo com a democracia social na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

De fato, é necessário abordar mais do discurso de políticas de seguridade neste memorial, uma vez que este cenário permeia meu objeto de estudo. O direito social como garantia de dignidade e viabilizado pelos setores onde atuam os assistentes sociais.

Logo mais iniciamos a disciplina de Política estadual de assistência social ministrada pela professora Raquel Fernandes, e com base nas aulas ministradas e material de apoio lido, refletimos sobre a Política Estadual de Assistência Social, dessa forma escolhemos a temática referente a materialidade da política de assistência social na ponta, e como sugestão aprimorar a gestão, será a formação continuada dos sujeitos inseridos na execução e planejamento, bem como a superação da antiga cultura da benemerência e da relativa aceitação da dependência como algo natural ainda prevalecente em boa parte da população. Nesse sentido, a conscientização, o empoderamento e a participação mais efetiva dos usuários e capacitação dos gestores e técnicos estão entre os principais desafios e solução para o avanço do SUAS.

Todavia a política de assistência social ainda não consegue materializar a organização que ela tem enquanto documento e aparato legal, ainda há percalços a serem superados, esses

desafios perpassam do funcionamento correto do SUAS aos encontrados no dia a dia de trabalho dos profissionais das equipes técnicas, cito o desafio a falta de conhecimento sobre as políticas sociais e processos relacionados à gestão, aos serviços, benefícios e programas.

Saber exatamente como funciona o SUAS em todas as suas esferas políticas é essencial para os profissionais que trabalham. Como o SUAS é uma política ainda em construção, é importante que os profissionais estejam atentos as orientações dos órgãos articuladores e, sempre que possível, troquem experiências com outros profissionais que já atuam neste sistema e que podem ajudar a solucionar dúvidas, além de apropriar-se enquanto profissional de uma política que pode e tem o poder sim de transformar vidas.

Portanto capacitar e despertar nos agentes sociais da ponta sobre a relevância da política de assistência é fundamental para o processo de efetivação desta política, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, somente com a apropriação e real conhecimento do que é a política, notas técnicas, resoluções e acima de tudo da dimensão política que temos, podemos mais adiante lutar por valorização, melhores salários, liberação de recursos, e consequentemente atuaremos mais revestidos de equidade e justiça social.

Por fim e não menos importante tivemos as aulas de Gestão estratégica com o professor Humberto Miranda, e em seguida Desigualdades, políticas sociais e cidadania ministrada pelo professor Rogério Medeiros, em suma abordamos o conceito de desmercantilização e sua importância para compreender os diferentes regimes de bem-estar social, as políticas sociais e sua relação com as desigualdades sociais constitutivas da sociedade capitalista, além de como a pobreza e desigualdade se relacionam com o processo de construção da cidadania no Brasil, bem como a implementação de políticas públicas pode tornar-se um espaço para reprodução das desigualdades sociais, finalizando como o neoliberalismo afeta os fundamentos da cidadania, implicando nos fundamentos da cidadania pois acarretam a agudização das expressões da questão social, cujas expressões dominantes são: o desemprego, a precarização do trabalho, e a desproteção social. Com isso vislumbra-se a diminuição do Estado e consequentemente do acesso a cidadania para fins convenientes a acumulação do capital e para o aumento das taxas de lucro, afastando o Estado das funções de provedor social.

Confesso que não foi fácil conciliar às aulas com o trabalho e a vida cotidiana, mas com um pouco de perseverança vencemos cada obstáculo. Para a construção da proposta de intervenção sempre tive afinidade com a proposta de intersetorialidade e o decorrer das disciplinas que trazem como eixo central a gestão e política social pensei a intersetorialidade como elo que contribui com a gestão e garante a efetividade das políticas sociais, bem como o usufruto de direitos sociais.

Assim, unindo os conhecimentos acumulados com as aulas e minha trajetória profissional pude perceber a integralidade dos diversos setores públicos que tendem às demandas dos usuários, outrora inserida na política de saúde, outrora na política de assistência social, ou educação, atuar como assistente social no meu primeiro emprego como técnica me permitiu perpassar nestes setores e conhecer a complementariedade das políticas sociais, interdisciplinaridade e diálogo em equipe. Por isso me candidatei a este curso com o intuito de aprofundar meus conhecimentos e de fazer novas descobertas, além de executar um plano de intenção onde aponte nos setores envolvidos a relevância deste processo com vistas a melhorar as práticas profissionais, atendimento dos usuários e efetivação de direitos, contribuindo nos espaços de trabalho vivências e experiências exitosas.

3 CAPÍTULO II - CONCEITUAL

Este capítulo é destinado a discussão da temática utilizando textos e artigos de autores que discutem sobre política social, intersetorialidade e o serviço social. A princípio foi desenvolvido uma discussão sobre a concepção de política social na ótica do serviço social e sua relação na efetivação de direitos. Em seguida foi abordado sobre a intersetorialidade e política social: um diálogo essencial, isto é, como ferramenta de intervenção do assistente social, uma vez que este profissional situa em diversos espaços sociocupacionais caracterizando em sua atuação a intersetorialidade, e por fim apontar os elementos de interlocução entre assistentes sociais, política social e intersetorialidade, com ênfase nas falhas processuais e estabelecendo os meios para fortalecer as práticas profissionais.

3.1 A concepção de Política social na ótica do Serviço Social

A política social pode ser entendida inserida no contexto histórico, político, econômico e social como resultado da disputa de projetos e interesses e do vínculo entre as diversas forças sociais presentes na sociedade, que se materializam em um conjunto de regulações e ações do Estado.

De acordo com (Behring e Boschetti, 2016, p. 47) não podemos indicar com precisão um período específico de surgimento das políticas sociais, estas gestam-se no encontro dos movimentos de evolução do capitalismo com a revolução industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da mediação estatal.

Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945). (Behring e Boschetti, 2016, p. 47)

Embora não tendo uma data certa, a gênese da política social se processa a partir do novo papel que o Estado assume no enfrentamento da questão social no capitalismo monopolista, no processo de organização da classe trabalhadora e do acirramento do confronto capital x trabalho. Para Behring e Boschetti (2016) as ações das sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem, que ao lado algumas iniciativas com características assistenciais são identificadas como as primeiras formas de políticas sociais

Dessa forma surgiu na Inglaterra algumas leis que se desenvolveram no período em que precedeu a revolução industrial, destas citam-se: Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563; Leis dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei de Domicílio (SettlementAct), de 1662; SpeenhamlandAct, de 1795; Lei Revisora das Leis dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres (Poor Law AmendmentAct), de 1834.

Parafraseando (Behring e Boschetti, 2016), essas legislações estabeleciam um código coercitivo do trabalho, seu caráter era punitivo e repressivo, não estando ligadas as necessidades, mas do poder coercitivo, ou seja, para ter acesso aos benefícios tinha-se que trabalhar, todos dependiam da força de trabalho para sobreviver.

Foi neste cenário conflituoso que emergiu do chão da fábrica a insatisfação do trato das necessidades da classe trabalhadora provocando o mais severo estado das expressões da questão social, que mais na frente ocasionaram a emergência de novas normas de proceder frente a questão social.

Para tanto no capitalismo concorrencial e mercantil o tratamento da questão social era sob a forma de repressão e ou caridade, com o capitalismo monopolista essas formas se mantem, isto é, não são extintas, no entanto há um processo de ampliação das expressões da questão social, um processo de exploração e de expropriação do trabalhador de forma ampliada, desse modo o estado viu- se polarizado, de um lado a classe trabalhadora que reivindicou melhores condições e do outro a burguesia que não estava interessada em diminuir seus lucros, nem de atender as reivindicações, porém consciente de que precisava da classe trabalhadora para ser explorada e se não fizesse nada a organização desta classe se ampliaria e poderia gerar um caos no sistema.

É nesse contexto que o Estado passa a atuar nas expressões da questão social não somente como repressor, mas com um conjunto de ações visando minimizar seus impactos.

Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes — o que envolve a política social como um elemento central. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 72).

Já mais adiante com o desenvolvimento da industrialização, cuja conjuntura da época era a revolução industrial movidos pela contradição capita x trabalho, passou então a perspectiva do modelo Bismarkiano Alemão em 1883 no final do século XIX e adentrando no modelo Beveridgiano Inglês em 1942.

A política social e os direitos sociais, movidos pela contradição capital-trabalho, são processos históricos e sociais que têm origem nas leis fabris do século XIX, passando pela experiência bismarckiana no final do século XIX, o Relatório Beveridge, de 1942, e que orientou a experiência trabalhista e social-democrata dos chamados “anos de ouro”, entre 1945 e 1970. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Assim entendemos a perspectiva bismarckiana vinculada ao seguro social, somente contribuinte tinha acesso, já o modelo beveridgiano sob a lógica das políticas sociais universalizantes, é a parte do movimento dos direitos humanos básicos que desencadeou a Declaração Universal dos direitos humanos 1948. Chegarmos ao neoliberalismo, a partir dos anos 1980 e seu receituário contundente, sua nova linguagem e seus poucos recursos, rompendo com os direitos conquistados no período anterior e com o padrão de serviços, benefícios e financiamento a eles correspondente, especialmente nos espaços geopolíticos que viveram o pleno emprego e o Estado social mais desenvolvido e consistente. (BEHRING, 2016, p. 5).

Em solo brasileiro, onde tivemos uma via particular de transição para o capitalismo, Behring (2003) reforça que nunca houve pleno emprego keynesiano, os direitos chegaram tardiamente, e sua implementação foi, na maior parte das vezes, obstada pelas políticas contra reformistas neoliberais a partir de 1990.

É nesse cenário político, econômico e social que situam-se as políticas sociais, tensionada por interesses, que olhando sob a ótica do direito social e da garantia de uma vida digna, podemos concordar com Secchi (2017) quando afirma que as políticas sociais é fundamentalmente uma diretriz elaborada para enfrentamento público, e para que as problemáticas sejam de fato pública é necessário ter consciência para uma quantidade expressiva de pessoas.

Pensando com Souza (2006) sobre o que realmente são políticas públicas algumas definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de idéias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Conforme Senna e Garcia (2014) a começar do surgimento do capitalismo, emerge a política social, edificada por meio das mobilizações das classes operárias advindas das revoluções industriais no século XIX. A política social foi, então, entendida como meio de intervenção do governo nas relações sociais originadas no mundo da produção, isto é, foi relacionada a um processo de mediação, como estratégia estatal entre interesses conflitantes.

Assim de acordo com Senna e Garcia (2014) a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo a reestruturação das políticas públicas, dando-as maior visibilidade, trazendo a necessidade de sua integração nos diferentes espaços, tanto na gestão quanto na prática, tendo como fator determinante a integração dos mais distintos setores da gestão municipal como condição necessária para a melhoria do seu desempenho, concepção esta de política adotada por nós (a maioria) assistentes sociais, uma política social democrática, equânime e garantidora de direitos em busca de justiça social.

3.2 Política Social e Intersetorialidade: um diálogo essencial

Sposati (2006) indica elementos relevantes para se pensar a intersectorialidade no processo de gestão de políticas públicas. A autora entende que a intersectorialidade significa adotar uma decisão racional no processo de gestão através da qual não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, mas complementar. Em outras palavras, implica em realizar uma combinação entre política setorial com intersectorial no processo de gestão, e não as contrapor.

Para Arretche (2018) a diversidade dos indivíduos faz com que tenham diferentes necessidades, de modo que levarão uma vida muito distinta se receberem a mesma renda, além disso, há sólidas evidências empíricas acerca das relações recíprocas entre renda e acesso a serviços. Isto é, tanto a educação afeta a renda dos indivíduos quanto sua renda afeta o acesso à educação, as políticas afetam a renda das famílias na medida em que sua renda real deriva do montante do orçamento familiar destinado a esses itens essenciais, ou seja, a depender a sua renda outras necessidades estarão descobertas, resultando em desigualdades.

Com isso entende-se que a dignidade da pessoa humana está associada a seu completo bem-estar, onde essas desigualdades são amenizadas com as políticas públicas, de certo quando a autora faz esse paralelo entre renda e educação, compreende-se a complementariedade das ações públicas para esse indivíduo.

Entender a complementariedade das políticas sociais é perceber a magnitude do seu alcance, e condição necessária para que os usuários superem a situação de vulnerabilidade e risco social, além fortalecer o diálogo entre os atores sociais e aprimorar o planejamento em rede. Portanto dialogar entre política social e intersectorialidade é essencial para o desenvolvimento de todo procedimento, além de importantes aliados para efetivação de direitos, e intervir sobre na prática é fundamental para construir habilidades e aprimorar os serviços prestados.

A política social como campo privilegiado do assistente social se dá com sua intervenção a partir da década de 1970 (Mioto; Nogueira 2013). Vale salientar que a análise do Serviço Social sobre as políticas públicas ocorre nesta década, quando se inicia a interlocução da categoria com o pensamento crítico, além do próprio desenvolvimento da sociedade brasileira com a ampliação dos direitos.

Na conjuntura histórica de efervescência política que perpassa a sociedade brasileira que se inicia nos anos de 1970 e acentua-se nos anos de 1980, ocorrem profundas transformações, sobretudo políticas, na vida em sociedade e no serviço social inicia-se um amplo debate sobre vários temas pertinentes à profissão, dentre estes, evidencia-se o papel das políticas públicas como direito do cidadão e dever do Estado.

Trata-se de um debate que se situa no processo de mobilização e organização dos movimentos sociais que ganha centralidade durante a Assembleia Constituinte, materializando-se em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Nessa Carta Magna, dá-se o alargamento das políticas sociais, na qual se tornam um campo amplo de debate, proposição, produção e análise tanto na esfera política como na geração de conhecimentos, especialmente, nas áreas das Ciências Sociais.

3.3 Política Social, Intersetorialidade e Serviço Social: Fortalecendo as práticas profissionais

Assim política social e serviço social brasileiro estão intrinsecamente ligados, tendo em vista este ser um espaço por excelência desta categoria profissional.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, P.5)

De certo que a atuação dos assistentes sociais é imprescindível para a viabilização das políticas sociais bem como a garantia de orientações para este fim, além da afirmação da sustentação dos direitos.

Em suma Mioto e Nogueira (2013) garantem que é no contato sistemático com assistentes sociais, inseridos nessas políticas, têm indicado a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da intervenção profissional, contextualizado-a no campo da política

social. Isso porque, quando são introduzidos nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais, é exigida dos assistentes sociais a apropriação do debate sobre intervenção profissional travado na sua área de conhecimento, e a necessidade de colocá-lo em movimento, isto é, nos processos de trabalho.

É no campo do movimento e dos processos de trabalho dos assistentes sociais inseridos nos mais diversos espaços sociocupacionais que nós apontamos a intersectorialidade como ferramenta de gestão, planejamento, garantia de direito e atendimento integral do indivíduo.

E para falar de intersectorialidade Wanderley (2020) et al, apud Junqueira (2005, p. 4) afirma que ela se constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. Com isso compreende-se que é através da intersectorialidade que se permite o compartilhamento de responsabilidades e favorece consciência dos recursos e meios a serem utilizados.

Para Wanderley et al (2020, p. 9) é nos territórios que a intersectorialidade se objetiva como direção fundamental para a implementação de serviços públicos integrados, como resultado às diferentes formas de expressões da questão social, isto é, são nesses espaços que se promovem as intervenções públicas, ampliando as possibilidades e efetividade das ações.

Com isso podemos afirmar que sob o olhar da intersectorialidade e das políticas públicas que se materializa a garantia de direitos e implicando simultaneamente a qualidade de vida da população.

Mas é preciso esclarecer que a intersectorialidade não pode ser vista como iniciativa individual de profissionais ou equipes, requer decisões institucionais e políticas nos níveis de planejamento e de execução que rompam com a cultura política de setorização que tem sido reforçada com práticas de negociação de cargos entre partidos e parlamentares que apoiam determinadas gestões, em nome da governabilidade, sem um programa de ação integrado. (WANDERLEY, ET ALL, 2020, p.9)

Dessa forma entende-se que é preciso romper com práticas focalizadas e setORIZADAS, isto é, ações sejam planejadas e que visualizem o complemento de intervenções, superando a prática de meros encaminhamentos, que construam bases sólidas e estabeleçam diálogo e articulação, provocando assim mudanças da realidade social.

E é nesse contexto da intersectorialidade e políticas sociais que estão situados os assistentes sociais, estes viabilizadores de informação e direcionadores de diretos. Com isso, estes profissionais encontram no seu cotidiano de trabalho fragilidades a serem superadas, entre elas destacam-se a desarticulação, fragmentação e sobreposições, Wanderley et al (2020) vai

dizer que para a intersectorialidade como estratégia de gestão pública democrática para responder à setorização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar na totalidade dos indivíduos.

Assim é a setorização das políticas sociais que necessita ser rompida pelos assistentes sociais inseridos nas instituições através da intersectorialidade, acabando com as velhas práticas de meros encaminhamentos e com o discurso de que cada setor faz sua parte.

O trabalho intersectorial transcende a lógica do mero trabalho em conjunto. Pressupõe não só a troca de saberes em ação interdisciplinar como a atuação sinérgica em torno de um objetivo comum, requerendo habilidades e competências que não são tradicionalmente desenvolvidas ou estimuladas na burocracia estatal nem anteriormente, na formação acadêmica-profissional deste campo técnico. (CARMO; GUIZARDI, 2017, p. 1276).

Entende-se então que uma intersectorialidade eficiente é aquela que supera seus limites e vai além da burocracia, onde o fim é o atendimento à demanda do usuário. Assim, é no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais viabilizadores de políticas sociais e inseridos no campo da intersectorialidade que lhe permite romper com a fragmentação dos setores a lógica, os quais podem construir alternativas e viabilizar direitos na totalidade de cada usuário.

Portanto faz-se necessário fortalecer as práticas profissionais dos assistentes sociais inseridos nos mais diferentes espaços sociocupacionais, uma vez que um usuário poderá percorrer vários setores da máquina pública para poder ter seu direito garantido.

No espaço destinado ao Serviço Social, sua atuação, possui como objetivo mais importante propiciar a conquista de autonomia dos usuários, através do exercício do empoderamento (empowerment), que visa ao incentivo à participação e à ocupação por parte dos usuários e familiares nos espaços que são oferecidos, bem como a conquista de novos espaços. O Serviço Social faz-se parte essencial neste processo, utilizando mecanismos que possam garantir a socialização da informação aos usuários. (BREDOW; DRAVANZ 2010, p. 236)

Nesse sentido os assistentes sociais tem seu papel na promoção da participação da população no cenário político e social, além de assumir compromisso ético com os usuários, tendo sua atuação inserida na realidade social de forma a entender seu significado manifesto para com as expressões da questão social, estas expressões se revelam nas desigualdades sociais e econômicas, como objeto da atuação e estudo profissional, manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, ausência materiais, dentre outras e intervindo ou propondo o profissional através de políticas públicas que possam dar respostas as necessidades dos usuários.

É neste cenário das políticas sociais já abordado neste trabalho que estão inseridos os Assistentes Sociais, que de acordo com Iamamoto (2010), pensar no Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. Desse modo, é fundamental ao Serviço Social compreender a realidade em sua totalidade, observando a dinâmica do real de forma crítica construindo propostas e alternativas criativas para viabilizar os direitos sociais.

Sendo assim, para se compreender a realidade é fundamental quebrar com paradigmas que encaram a vida em sociedade de forma desconectada e focalizada, entendendo, sobretudo a dinâmica da relação de poder entre classe trabalhadora e o patronato. O Serviço Social por sua vez, precisa romper com sua visão conservadora inerente ao início de seu processo de formação, adotando de forma teórica- metodológica a concepção marxista e ampliando seu olhar para as relações sociais no mundo capitalista e suas formas de reprodução.

Como afirma Iamamoto (2010), as alternativas e possibilidades de intervenção do Assistente Social não se estabelecem de forma mágica, contudo as formas de intervir estão dadas dentro da própria realidade, e não automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Desse modo, a conjuntura atual impõe limites e possibilidades, sendo esse entendimento essencial para compreender a realidade em seu processo histórico.

É na realidade onde há o movimento das relações sociais e das intervenções profissionais que visualizamos além da setorização burocrática dos serviços o não comprometimento dos profissionais com a classe trabalhadora. Segundo Netto (2011), a renovação profissional que permitiu a crítica ao tradicionalismo e a adoção de uma teoria crítica e dialética faz com que um número reduzido de Assistentes Sociais repense sua atuação.

Em poucas palavras: o que a renovação profissional fez, através da elaboração dos formuladores cujo esforço examinamos em nossa crítica (os quais, repita-se, são apenas um limitado estrato do conjunto de profissionais que se empenhou em repensar diferencialmente o seu exercício técnico e social). (NETTO, 2011, p.307).

Assim, foi um número restringido de Assistentes Sociais que assumiram a perspectiva crítica dialética, esta introduzida nos moldes da Intensão de Ruptura, onde se predominam papel profissional fundamental frente à classe trabalhadora, na conquista e no conhecimento de seus direitos. Mas aqueles que abraçam a defesa dos direitos dos usuários contribuem para a aquisição deles.

Correlato a Netto (2011), Iamamoto (2009), enfoca que o trabalho dos Assistentes Sociais que não estão comprometidos com a viabilização dos direitos e serviços sociais aos

usuários, podem atuar através de condutas autoritárias e burocráticas voltados aos interesses coercitivos da instituição, se mostrando como não viabilizadores e não representantes dos usuários.

Assim, o Código de Ética de 1993 expressa o vínculo de um profissional que detém particularidades e habilidades capazes de direcionar os usuários a conquista de seus direitos, pois como está explícito o profissional tem um posicionamento em favor da equidade e justiça social, assegurando a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, tendo um compromisso quanto à qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, como uma perspectiva da competência profissional.

Quanto à relação do Assistente Social com o usuário, o referido Código de 1993, elenca que:

Compete ao profissional garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as. Além de democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; devolvendo as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses. (CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993).

Depreende-se que o assistente social deve estabelecer um compromisso com os usuários quanto ao esclarecimento de direitos previstos legalmente, integrando-os as políticas sociais, isto é, na viabilização dos direitos garantidos pelo Estado, levando-os ao acesso de informação e possibilidades de emancipação.

Para tanto tem-se ainda como forma de fortalecer o fazer profissional do assistente social nos diversos setores e ainda mais quando voltado ao seio da intersectorialidade, estamos falando dos usos dos instrumentais técnicos, que materializa e formaliza sua intervenção, bem como contribui para melhor conhecimento das demandas.

Os instrumentos são essenciais no exercício profissional, já que os mesmos norteiam a ação profissional, entretanto o agir profissional não se restringe aos instrumentos, mas também na forma como são operacionalizados, ou seja, na capacidade que o profissional tem para fazer a utilização dos mesmos. (SANTOS ET ALL, p. 10, 2012).

Sob a lógica dos autores entende-se que os instrumentos dão veracidade e visibilidade a prática profissional, não se resumindo apenas a meros documentos, mas sim, a forma de como são geridos e direcionados, o que nos faz reafirmá-los e de certa forma exigir para que o trabalho intersectorial seja efetivo e eficaz, fazendo com que os objetivos sejam alcançados não apenas no setor de onde originou a problemática, mas sim, contribuindo para um conjunto de

instrumentais que vai além de documentos oficiais, mas que superem demandas informais e se transformem em encaminhamentos legítimos. Assim:

A instrumentalidade pode ser considerada uma propriedade adquirida pela profissão, a partir do momento que seus objetivos são concretizados. Isso se dar pelo fato desta proporcionar aos assistentes sociais a objetivação de sua intencionalidade através de respostas profissionais. Essas propriedades adquiridas conseguem dar suporte para modificação e transformação, como mudanças significativas e subjetivas no âmbito das relações sociais e também interpessoais. (SANTOS ET ALL, p. 10, 2012).

Portanto é com base nestes conceitos teóricos que embasamos o projeto de intervenção, onde tem-se por proposta realizar formação/ capacitação com os assistentes sociais que atuam nas políticas de saúde, assistência social e educação, a fim de fortalecer suas práticas profissionais bem como, complementariedade das ações no âmbito das políticas sociais. Onde será apontado a importância do trabalho intersetorial como ferramenta de atendimento integral dos usuário e a compreensão da magnitude do seu alcance, uma vez que o mesmo usuário perpassa por diversas políticas para ter seu direito efetivado. Compreendendo também as falhas processuais de setorização e fragmentação das políticas sociais, a superação de meros encaminhamentos, se utilizando dos instrumentos técnicos operativos como formas legítimas e oficiais de direcionamento, além de fortalecer compromisso ético político dos profissionais o qual permitirá uma reaproximação da teoria e assim coloca-la em prática.

4-CAPÍTULO III- PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 Tema e Resumo

Tema: Políticas Sociais e Intersetorialidade: O complemento das ações. Fortalecendo as práticas dos assistentes sociais no município de Moreilândia-PE.

Resumo:

O cenário atual se configura como um grande desafio para profissionais de diferentes áreas envolvidos com o trabalho social, principalmente, para aqueles cujo compromisso político vincula-se a garantia e a afirmação dos direitos sociais enquanto elemento imprescindível para a materialização da cidadania. Dessa forma as políticas sociais e a intersetorialidade permitem que tais processos desencadeiam elementos essenciais ao debate quando se refere ao atendimento total do indivíduo, o que abrange a grande massa de indivíduos, isto é, aqueles que necessitam de proteções sociais intersetoriais, e situado nesse processo está o assistente social, profissional este que tem seu campo privilegiado de atuação a viabilização das políticas sociais, fatos estes distutidos por Senna e Garcia (2014), Sposati (2006), Netto (2011), Iamamoto (2009), dentre outros autores citados neste trabalho. Portanto dialogar entre os assistentes sociais inseridos nos equipamentos intersetoriais é essencial para o desenvolvimento de todo procedimento, além de importantes aliados para efetivação de direitos, e intervir com formação/capacitação na prática é fundamental para construir habilidades e aprimorar os serviços prestados, sendo esta, a finalidade deste projeto, realizar um momento de formação profissional para a discussão e percepção da complementariedade das políticas sociais.

Palavras-Chave: Política Social, Intersetorialidade, Assistente Social, Diretos sociais.

4.2Contextualização

A construção da demanda deu-se por perceber durante minha trajetória profissional a importância de se trabalhar em rede, com os assistentes sociais de outros setores e acima de tudo identificar as falhas recorrentes nos processos interdisciplinares e garantidor de direitos. Atualmente trabalho na Secretaria de Assistência Social de Moreilândia-PE, exercendo cargo de Assistente Social no Cadastro Único/Bolsa Família, auxiliando também na equipe gestora e técnica responsável pela vigilância socioassistencial, percebo que existe uma falta de compreensão no que se refere a efetivação dos direitos sociais a partir dos encaminhamentos, onde não se tem uma continuidade do atendimento nos setores.

Por essa razão, executar um plano de intervenção onde aponte nos setores envolvidos a relevância deste processo com vistas a melhorar o atendimento dos usuários e efetivação de direitos é contribuir para espaços de trabalho eficazes e garantidores de direitos. Dessa forma o público alvo serão os assistentes sociais inseridos na política de saúde, assistência social e

educação do município de Moreilândia-PE, a escolha do público alvo dar-se por estes profissionais realizarem ações integradas, e os mesmos atuarem com referência e contrarreferência dentro do município.

4.3 Problema

Quais as falhas nos processos de trabalho dos assistentes sociais que atuam na interlocução das políticas sociais? Falhas estas que acarretam a falta de efetividade no atendimento integral dos usuários.

4.4 Justificativa

Durante a experiência profissional no núcleo ampliado de saúde da família- NASF/AB pude perceber a necessidade de se trabalhar em rede, isto é, atuar com a intersetorialidade. Durante minha vivência pude perceber as dificuldades na continuidade do atendimento além de falhas nas práticas profissionais.

Por isso é de extrema importância compreender as fragilidades no processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos em cada setor, uma vez que estes profissionais são viabilizadores de direitos e agentes de mudança, mudanças estas proporcionadas pelas políticas sociais.

A Constituição Federal de 1988 trouxe a reestruturação das políticas públicas, dando-las maior visibilidade, trazendo a necessidade de sua integração nos diferentes espaços, tanto na gestão quanto na prática, tendo como fator determinante a integração dos mais distintos setores da gestão municipal como condição necessária para a melhoria do seu desempenho.

Entender a complementariedade das políticas sociais é perceber a magnitude do seu alcance, e condição necessária para que os usuários superem a situação de vulnerabilidade e risco social, além fortalecer o diálogo entre os atores sociais e aprimorar o planejamento em rede.

Portanto dialogar entre serviço social, política social e intersetorialidade é essencial para o desenvolvimento de todo procedimento, além de importantes aliados para efetivação de direitos, e discorrer sobre a temática é fundamental para construir habilidades e aprimorar os serviços prestados, por isso realizar uma formação a fim de capacitar os assistentes sociais inseridos nas políticas sociais é um divisor de águas na vida dos usuários e a superação de meros encaminhamentos.

4.5Objetivos

Objetivo Geral

Compreender as falhas nos processos de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de saúde, assistência social e educação no município de Moreilândia-PE, quanto ao atendimento dos usuários para alcance dos seus direitos, e a partir desta compreensão atuar no elo entre os setores afim de contribuir para a efetividade das ações.

Objetivos Específicos

- Entender a concepção de política socialna ótica do Serviço Social;
- Discorrer sobre a Intersetorialidade como ferramenta de intervenção do assistente social,
- Apontar os elementos de interlocução entre assistentes sociais, política social e intersectorialidade;
- Realizar formação/ capacitação com os assistentes sociais que atuam nas políticas de saúde, assistência social e educação, a fim de fortalecer suas práticas profissionais bem como, complementariedade das ações no ambito das políticas sociais.

4.6Atividades e Metodologia

O presente trabalho abordará o tema, Política Social e Intersetorialidade: O complemento das ações. Fortalecendo as práticas profissionais dos assistentes sociais no município de Moreilândia-PE, tendo como objetivo compreender as falhas nos processos de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de saúde, assistência social e educação no município de Moreilândia-PE, quanto ao atendimento dos usuários para alcance dos seus direitos, e a partir desta compreensão atuar no elo entre os setores afim de contribuir para a efetividade das ações,através de formação/capacitação com os assistentes sociais inseridos nas políticas de assistência social, saúde, educação, a fim de apontar e compreender as falhas nos processos de trabalho, compreendendo também a complementariedade das políticas sociais no campo intersectorial e seu alcance para a garantia de direitos aos usuários.

Configurando a parte conceitual e teórica desse trabalho como pesquisa qualitativa, abordados por Minayo (2010), onde de acordo com a mesma a pesquisa qualitativa trabalha com o mundo dos significados, das crenças, dos motivos, dos valores, das atitudes e aspirações. Caracteriza-se também pela pesquisa bibliográfica, que conforme Marconi e Lakatos (2005),

esta aborda toda a bibliografia já tornada pública no que diz respeito ao tema de estudo. Tendo como objetivo colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi dito ou escrito sobre um determinado assunto. Essa opção foi adequada porque utilizamos bibliografias (livros e artigos) a respeito da temática e por trazer veracidade àquilo que está sendo pesquisado. A Proposta é um projeto de invenção onde serão discutidos e apresentados a problemática que originou este trabalho, e por fim alinhando com as bibliográficas estudadas para chegar num objetivo comum.

Os materiais que serão utilizados na proposta de intervenção (Formação Profissional) serão de mídia visual como Datashow, notebook, além de cartolinas, pincéis e canetas coloridas. De início compreendendo a primeira etapa será realizada uma dinâmica pedindo que as pessoas envolvidas descrevam um caso de algum usuário e seu percurso dentro das políticas intersetoriais, e em seguida na segunda etapa fazendo questionamentos se realmente é assim que acontece, além de como foi feito acompanhamento, por fim a terceira parte se dará criando também alternativas de resoluções de problemas, na sequência será a explanação do tema, bem como a identificação das falhas e reflexão sobre a resolução das mesmas aprimorando o fluxo em rede.

O desfecho deste trabalho contribuirá para o fortalecimento das práticas profissionais dos assistentes sociais que atuam com as políticas sociais dentro da interdisciplinaridade, os quais compreenderão seu papel de agentes de mudança e transformação, Estes profissionais tem em seu exercício profissional ferramentas de contribuição para o alcance de direitos sociais.

4.7 Resultados Esperados

Nossa expectativa é de aumentar os conhecimentos na área no desenvolvimento deste projeto, adquirir base mais sólida no acompanhamentos dos usuários, conhecimentos das políticas sociais, e aprofundando o debate da interdisciplinaridade, desenvolvendo in loco abordagem que dê concretude ao trabalho realizado, além de contribuir para o planejamento das ações, atendimento integral dos usuários, desburocratizando os serviços prestados.

Com a proposta de intervenção permitirá os assistentes sociais envolvidos refletir sobre a magnitude da complementariedade das políticas sociais através do trabalho intersetorial, cada sujeito (assistentes sociais) se apropriará da temática e construirá meios de aplicar em suas atividades as alternativas apresentadas, refletindo e até mesmo mudando as práticas equivocadas.

Por fim, nossas expectativas também se encontram em concluir este curso e obtenção do título de especialista em gestão de políticas sociais.

4.8 Avaliação

Avaliaremos o projeto em três momentos antes do início, durante e depois do projeto executado. A primeira avaliação ex-ante, nos permite escolher as melhores estratégias para a concessão dos objetivos. A avaliação durante busca avaliar o processo e estabelecer indicadores de análise do andamento dos objetivos e alterar as rotas objetivando a eficiência do projeto. O primeiro e o segundo momento servem de referencial para a avaliação ex-post quando o projeto for avaliado em termos da produção final com ficha avaliativa onde cada participante descreverá sua avaliação sobre o momento, e assim teremos uma devolutiva do que foi desenvolvido.

Assim a resposta dos impactos sociais esperados é de estimular o aperfeiçoamento do fazer profissional dos assistentes sociais envolvidos, e fortalecer uma intervenção que contribua para a concepção de complementariedade das políticas sociais e que de sobremaneira atenda o usuário em suas necessidades.

4.9 Previsão De Cronograma

ATIVIDADES	MAI 2022	JUN 2022	JUL 2022	AGO 2022	SET 2022	OUT 2022	NOV 2022	DEZ 2022	JAN 2023	FEV 2023	MAR 2023	ABR 2023	MAIO 2023
Leitura e construção de referencial teórico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Planejamento do momento, dinâmica e explanação										X	X		
Formação/Capacitação											X		
Finalização do Projeto											X	X	
Apresentação do TCC													x

4.10 Considerações Finais

O referido trabalho teve como objetivo de estudo compreender as falhas nos processos na prática de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de saúde, assistência social e educação no município de Moreilândia-PE, quanto ao atendimento dos usuários para alcance

dos seus direitos, e a partir desta compreensão atuar no elo entre os setores, afim de contribuir para a efetividade das ações, onde o público alvo deste trabalho é determinante para o alcance dos resultados.

De início a exposição do memorial permitiu conhecer a realidade do cursista, bem como as suas vivencias e desafios no decorrer da sua trajetória pessoal e profissional, e por fim conhecer como se deu as experiências durante o curso de especialização. Em seguida com a desenvolvimento do referencial teórico concluímos que a política social em todo seu percurso histórico esteve polarizada quanto aos seus interesses, todavia o Estado assume o enfrentamento da questão social, se utilizando das políticas sociais como meios de amenizar a insatisfação da população no trato das suas necessidades.

Entendemos ainda que a Constituição Federal trouxe a reestruturação das políticas sociais, dando-as maior visibilidade, trazendo a necessidade de sua integração em diferentes espaços, fato este determinante para atuação de profissionais que tem como seu objeto de estudo a questão social e o compromisso com a viabilização dos direitos sociais, além de surgir a necessidade de integração em diferentes espaços públicos tanto no direcionamento das políticas sociais quanto no atendimento aos usuários.

Por isso defendemos o elo entre política social, intersectorialidade e assistente social, uma vez que, este profissional se configura como viabilizador de informação e direcionador de direitos, sujeitos estes que estão inseridos em diversos campos intersectoriais trabalhando com usuários que necessitam de políticas sociais para alcance dos seus direitos.

Fica claro que ao fortalecer as práticas profissionais dos assistentes sociais atuando com as políticas sociais e dentro da intersectorialidade permite a maior efetividade de atendimento e garantia e direitos, além deste profissional assumir seu papel e compromisso com a classe trabalhadora.

Em suma, tem-se como relevância do tema pesquisado como imprescindíveis para o acesso aos direitos sociais, complementariedade das ações e desburocratização dos processos de trabalho, superando muitas vezes as falhas processuais que atingem a população usuária que muitas vezes precisaram permear por vários setores sem uma resposta plausível que vá de encontro as suas necessidades.

Portanto, capacitar e fortalecer os assistentes sociais que atuam com as políticas sociais dentro de uma intersectorialidade significa assumir o papel de agentes de mudança e transformação, tanto de fluxos de trabalho como de realidades. Estes profissionais tem em seu exercício profissional ferramentas de contribuição para o alcance de direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.33, n.96, 2018.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social Fundamentos e história.** v.2. São Paulo-SP, editora Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **A Condição da Política Social e a agenda da esquerda no Brasil.** *SER Social*, v. 18, n. 38, Brasília, jan- jun./2016.

_____. **Brasil em Contrarreforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BREDOW, Sirleima Gome; DRAVANZ, Glaucia Maria. **“A atuação do Serviço Social na saúde mental, entre os desafios e perspectivas para a efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva”.** Textos e conceitos, v. 09, n. 2, p. 2029- 243, Porto Alegre, ago/dez. 2010.

CARMO, M; GUIZARD L. **Desafios da Intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wcqNQOKzjKH7jM4hyRDCYVc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 de abril de 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, 1993.

_____. **Lei de regulamentação da Profissão 8.622.** Brasília, 1993.

GARCIA, Daniele do Vale, SENNA. Mônica de Castro Maia. **Política Social e Intersetorialidade. Elementos para o debate.** Ano XVII. Nº32, Rio de Janeiro: O Social em Questão, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os Espaços Sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABESS, 2009.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNQUEIRA, L. A. P. **Articulações entre o Serviço público e o Cidadão.** In: Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, Chile, oct. 2005.

MARCONI, Maria de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Lúcia Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: Os desafios da intervenção profissional.** R. Katál,, Florianópolis, v.16, n. esp., 2013, p.61-71.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NETTO, J.P.P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, L; SANTOS, L; SILVA R. **A prática do Assistente Social e a importância dos instrumentos técnico-operativo**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão-SE, 20 a 22 de setembro de 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: cengage, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologia*. Porto Alegre, ano 08, jul/dez. 2006, pág, 20-45.

SPOSATI, Aldaíza. **Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, mar. 2006, p. 133-141.

WANDERLEY, Marigele B.; Martinelli, Maria L; Paz, Rosangela Dias O. Da. **Intersetorialidade nas Políticas Públicas**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 07 a 13, jan/abr. 2020, p. 07 a 13.